

Batalha judicial frustra expectativa de arrecadação

Além da perda da batalha judicial pelo aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos e inativos, que renderia R\$ 1,7 bilhão neste ano, há outras frustrações para serem administradas. Não há um cálculo preciso desta perda, que ainda depende de decisões judiciais relativas aos ativos/inativos e à cobrança da Cofins, ambos pendentes no Supremo Tribunal Federal. Também não foi possível medir o impacto da queda da inflação sobre

a arrecadação de tributos.

Qualquer número que se fale será resultado de um exercício sobre hipóteses. Podem ser R\$ 6 bilhões, como podem ser R\$ 3 bilhões. Será preciso aguardar até fim de junho para uma melhor avaliação. A equipe econômica já sabe que não poderá contar com os R\$ 4 bilhões da conta-petróleo. A alta do preço internacional corroerá parte deste volume. A arrecadação das contribuições para a Previdência Social teve queda de

R\$ 1 bilhão, porque a massa salarial não está crescendo na mesma proporção do PIB.

O Governo não tem claro quando poderá retomar a cobrança da Cofins sobre os serviços de telecomunicações, energia elétrica, combustíveis e mineração, que compensará a perda da contribuição dos inativos e ativos. Se o Supremo derrotar o Governo nesse ponto, mas aprovar a constitucionalidade da Cofins esse item da receita estará resolvido. Ficam os

demais a compensar.

Sem espaço para cortes expressivos de gastos ou aumento de receitas, o ministro Parente vem tentando negociar com os órgãos que pleiteam mais recursos. Quando sua assessoria avalia um gasto como essencial, o órgão em questão é chamado a apresentar proposta de compensação de eventual reforço orçamentário por cortes em outras áreas. Um exemplo é a Radiobrás, que pediu um aporte de verbas, cuja autorização foi condicionada à

realização de um contrato de gestão com redução de despesas.

Mesmo contingenciado, o orçamento não tem espaço para abarcar mais gastos. A verba para emergências (como seca, enchentes etc), originalmente de R\$ 700 milhões, já teve R\$ 139 milhões comprometidos com programas de combate à seca. Não há mais sobras disponíveis. Agora, para liberar dotação, só se os ministérios cortarem na área meio ou em projetos menos prioritários.